IMPOSTO DE RENDA

Isenção parcial chegará a R$ 7.350

O relator do projeto de lei que livra do IR quem ganha até R$ 5 mil, deputado Arthur Lira (PP-AL), ampliou o benefício parcial, inicialmente, estipulado em R$ 7 mil na proposta encaminhada originalmente pelo governo ao Congresso

» WAL LIMA

Wal Lima/CB/D.A Press

Segundo Arthur Lira, as mudanças feitas nas alíquotas do Imposto de Renda seguem os princípios da neutralidade e da justiça tributária

O relator do Projeto de Lei 1087/2025, que trata da elevação da isenção do Imposto de Renda para pessoas com renda de até R$5 mil, deputado Arthur Lira (PP-AL), elevou a isenção parcial — antes prevista para quem ganhava até R$ 7 mil — para R$ 7.350. Com isso, segundo estimativa do relator, o benefício beneficiará meio milhão de contribuintes a mais.

Essa é uma das novidades inseridas no relatório apresentado ontem na comissão especial que debate o tema na Câmara dos Deputados. Como houve pedido de vista do deputado Luiz Gastão (PSD-CE), o tema será debatido e votado na próxima quarta-feira na comissão, seguindo para plenário da Câmara.

Segundo Lira, mesmo com a ampliação, haverá folga de R$ 12,7 bilhões, considerando a taxação de quem ganha acima de R$ 50 mil, criada para compensar a isenção. Esse excedente será destinado à compensação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), conforme prevê a reforma tributária do consumo, já aprovada no Congresso.

"Aumentamos a faixa de isenção para R$ 7.350, o que vai beneficiar mais 500 mil pessoas. E, mesmo assim, o projeto ainda deixa uma arrecadação líquida de R$ 12,7 bilhões. Todo esse excesso vai ajudar a reduzir a alíquota da CBS, como previsto na PEC (da reforma)", reforçou Lira, destacando que eventuais críticas serão acolhidas.

"Esse projeto pode dar início a um debate mais aprofundado sobre a reforma da renda no Brasil. Mas, inicialmente, ele foi construído para isentar completamente quem ganha até R$ 5 mil, proporcionalmente quem ganha até pouco mais de R$ 7 mil e para fazer justiça tributária neste país. Mas o princípio maior que se pregou é o da neutralidade", declarou Lira.

O parecer de Lira mantém a taxação de 10% para os chamados super-ricos e segue, segundo ele, os princípios da neutralidade fiscal e justiça tributária.

O relator retirou os títulos incentivados, como LCIs, LCAs, CRIs, CRAs, FIIs e Fiagros da base de cálculo do imposto mínimo efetivo da alta renda. A mudança se justifica porque o governo editou uma medida provisória com o fim da isenção desses instrumentos financeiros. Sem o imposto zero, os rendimentos dos títulos incentivados entrariam na base de cálculo do imposto mínimo efetivo.

Depois disso, ele chegou a mostrar certa revolta pela divulgação de materiais jornalísticos que afirmavam que ele estava beneficiando os mais ricos. "É uma injustiça com o trabalho que estamos desempenhando dizer que queremos proteger os super-ricos. O que não queríamos era um projeto arrecadatório. O texto original previa renúncia de R$ 25,8 bilhões e arrecadação de R$ 34 bilhões. Não é neutro. Nosso objetivo foi buscar neutralidade e justiça tributária", pontuou o relator.

Dia histórico

Em meio aos embates no Congresso Nacional em decorrência à taxação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deputados da base governistas definiram a leitura do relatório como "uma esperança para o país" e "um histórico".

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que foi o coordenador do projeto da reforma tributária no parlamento, defendeu que o sistema tributário brasileiro historicamente tem sido "covarde" ao cobrar mais dos mais pobres, sem transparência e que a proposta de Lira busca justamente corrigir distorções profundas no modelo atual.

"O Brasil tem um sistema tributário covarde. Cobra das pessoas de menor renda sem dizer a elas que estão pagando. É um sistema embutido, escondido, sem transparência. O dia que o povo de renda menor souber o que está pagando de fato, não vai ter nenhum candidato — nem a presidente, nem a governador, nem a prefeito — que tenha coragem de subir num palanque prometendo redução de imposto, porque isso hoje é insustentável", afirmou.

Lopes citou dados internacionais para reforçar a injustiça: o Brasil tributa o consumo de forma mais pesada para os mais pobres, chegando a cobrar duas vezes mais de quem tem menor renda do que de quem ganha mais. "Essas pessoas não compram academia, não pagam escola particular. Elas compram comida. E mesmo assim, são as mais tributadas", disse.

O deputado exaltou a reforma do consumo já aprovada, destacando a introdução de mecanismos de devolução de tributos, como o cashback, que, segundo ele, representa "a maior revolução tributária do mundo" ao trazer progressividade ao imposto sobre consumo.

Já o líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que a medida traz mais esperança aos brasileiros que poderão ver a diferença em seus salários. "É um dia histórico apesar de tudo o que está acontecendo em nosso país com as injustiças que estamos sofrendo. Hoje é um dia para comemorar os feitos que do governo para melhorar a vida das famílias do nosso país", pontuou o petista.

Informe Publicitário

CIEE INFORMA

Brasília
ANO IV nº 721

CIEE: Seis décadas inserindo jovens no mundo do trabalho

O Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE é a maior ONG de inclusão social e empregabilidade jovem da América Latina

Com o propósito de inserir milhares de jovens no mundo do trabalho por meio dos programas de estágio e aprendizagem, o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, completou, neste ano de 2025, 61 anos de atuação.

A instituição, atualmente, mantém parceria com cerca de 27 mil empresas, que oferecem diversas possibilidades de contratação. Em 2024, a entidade inseriu mais de 242 mil estagiários e aprendizes para o ambiente profissional. Ainda no mesmo período, foram criados um milhão de novos perfis no portal do CIEE, equivalente a 2,9 mil cadastros por dia.

Além disso, a entidade também promove ações sociais por meio de projetos próprios, como as oficinas de criatividades realizadas nos Espaços de Cidadania, localizados em quatro regiões: Manaus, São Paulo, Salvador e Distrito Federal.

O portal do CIEE oferece diversas oportunidades nos programas de estágio e aprendizagem. Por isso, é essencial que os jovens realizem o cadastro e preencham todos os dados corretamente, incluindo número de telefone, CEP, e-mail e demais informações através do site oficial ciee.online. É também por meio do portal que está disponível o relatório mensal do CIEE de 2024, sendo necessário acessar por QRCODE.

https://portal.ciee.org.br/relatorio-de-atividades

Portal do CIEE ciee.online
Atendimento por WhatsApp 11 3003-2433
Central de Atendimento 3003-2433 (o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)
#CIEE IMPARÁVEL

ESCÂNDALO DO INSS

Segurado já pode pedir devolução

Rafael Carvalho/INSS

INSS abriu prazo para adesão ao acordo de ressarcimento

A partir de hoje, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foram vítimas de descontos indevidos em seus benefícios já podem pedir o ressarcimento. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do órgão, Gilberto Waller Júnior, ao informar que a medida beneficia inicialmente 1,86 milhão de segurados, todos já identificados como vítimas de cobranças irregulares entre março de 2020 e março de 2025.

O segurado deve confirmar o interesse no ressarcimento por meio do aplicativo Meu INSS, da Central 135 ou presencialmente em agências dos Correios. Os pagamentos começam em 24 de julho e serão feitos em lotes diários de até 100 mil pessoas, de acordo com Waller Júnior.

A devolução será feita em parcela única, direto na conta do beneficiário, com correção monetária pelo IPCA. Segundo o INSS, não será necessário apresentar novos documentos nem preencher formulários adicionais. Basta validar os dados e aceitar o valor informado pelos canais oficiais.

"A partir do momento em que o beneficiário confirma o valor, ele entra automaticamente na fila de pagamento" explicou Waller. Ele voltou a alertar que o INSS não envia links, e-mails ou mensagens diretas, e não cobra pelo serviço, medida que visa evitar novos golpes.

Sem desconto

O desfalques foram denunciados pela operação Sem Desconto, deflagrada em abril. O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, classificou o caso como "um dos episódios mais graves dos últimos tempos" e ressaltou que o governo atuou de forma coordenada para identificar e punir os responsáveis. Ele citou o apoio da Advocacia-Geral da União (AGU), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Casa Civil, do Ministério da Gestão e Inovação, da Polícia Federal e do Ministério da Fazenda como fundamentais para o avanço da investigação.

"O presidente Lula nos delegou a missão de proteger os aposentados e responsabilizar quem causou prejuízo. Hoje damos início à reparação", afirmou Queiroz. O ministro também elogiou a atuação do presidente do INSS e negou que haja crise na relação entre os órgãos, mesmo após recentes mudanças administrativas. "Trata-se apenas de ajustes técnicos, sem prejuízo à sintonia entre as equipes", disse.

Para evitar entraves burocráticos, o governo garante tratamento diferenciado a 209 mil segurados considerados mais vulneráveis, como idosos com mais de 80 anos, povos indígenas e comunidades quilombolas. Nesses casos, o pedido de ressarcimento será feito automaticamente pelo INSS, sem necessidade de manifestação dos beneficiários.

Outros casos ainda em análise, com contestações ativas, serão submetidos a uma auditoria conjunta entre o INSS, a CGU e a empresa pública Dataprev. Segundo Waller, há indícios de que algumas das defesas apresentadas por entidades envolvidas também foram forjadas, o que reforça a necessidade de rigor nas verificações.

Crédito extra

Para viabilizar os pagamentos, o governo editará uma medida provisória que autoriza a abertura de crédito extraordinário no valor de R$ 3,2 bilhões. O montante é próximo ao que já foi bloqueado judicialmente das contas das entidades suspeitas de envolvimento nas fraudes.

"O governo não pode esperar o desfecho das ações judiciais. Vamos pagar agora e depois buscar ressarcimento por ação de regresso", declarou Wolney Queiroz.

O ministro também afirmou que já houve diálogo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para garantir uma tramitação rápida da proposta no Congresso Nacional. "Há consenso político sobre a necessidade de reparar esse dano com agilidade", pontuou. (**WL**)